

## **AS EXPERIÊNCIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: A VISÃO DOS GESTORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Mariglei Severo Maraschin, Cláudia Letícia de Castro do Amaral e Liliana Soares Ferreira**  
UFSM

mariglei@iffarroupilha.edu.br - doamaral.claudia@hotmail.com

anailiferreira@yahoo.com.br

---

### **RESUMO**

O artigo visa apresentar, na visão dos gestores de três Instituições Federais da região central do Rio Grande do Sul, as experiências de implementação do Ensino Médio Integrado, incluindo o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na modalidade educação de jovens e adultos. A fim de alcançar este objetivo, o artigo será organizado destacando o histórico de cada instituição na oferta do Ensino Médio Integrado, a análise das entrevistas realizadas com gestores das três instituições federais as quais foram analisadas sob o viés de Análise de Conteúdo. Para finalizar discutiremos as experiências de cada instituição na implementação da "política". Todo o estudo pauta-se no materialismo histórico dialético. Como principais resultados, observa-se que duas instituições vêm grandes avanços na discussão e implementação dos cursos de Ensino Médio Integrado e a outra instituição optou pela não oferta dos cursos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Médio Integrado, Trabalho, Gestores, Instituições Federais

## **AS EXPERIÊNCIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: A VISÃO DOS GESTORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL**

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo visa apresentar e discutir as experiências de implementação do Ensino Médio Integrado na visão dos gestores de três Instituições Federais da região central do Rio Grande do Sul. Para isso, abordaremos o estudo baseado no materialismo histórico dialético, que considera a centralidade do trabalho da vida humana e os princípios marxianos da contradição e totalidade. Nesse sentido, inicialmente apresentamos o conceito de Ensino Médio Integrado que fundamenta este estudo e o histórico de cada instituição pesquisada.

A partir de Ramos (2009) a perspectiva de currículo integrado é a que compreende as disciplinas e cursos numa perspectiva relacional, sem classificações do conhecimento escolar e oportunizando maior iniciativa dos professores e alunos, maior integração dos saberes escolares com os saberes cotidianos dos alunos, combatendo a visão hierárquica e dogmática do conhecimento e atendendo as mudanças do mundo do trabalho. Nessa perspectiva acreditamos “que as aprendizagens escolares devem possibilitar à classe trabalhadora a compreensão da realidade para além de sua aparência e, assim, o desenvolvimento de condições para transformá-la em benefício das suas necessidades de classe.”(idem, p.2)

Assim, na Educação Profissional, assumindo a Educação Básica como direito e o currículo integrado como proposta que integra formação geral, técnica e política e tendo o trabalho como princípio educativo; é que o Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas - Kairós por meio de seus estudos sobre Educação e Trabalho e Educação Profissional buscou aproximar-se da política de Ensino Médio integrada à Educação Profissional. Nesse caminho, partindo da discussão dos Decretos 2208/97 e 5154/04 e considerando a centralidade do trabalho na vida humana, nosso objetivo neste artigo é conhecer a experiência da oferta ou não oferta do Ensino Médio Integrado nas Instituições Federais da região central do Rio Grande do Sul, bem como os desafios dessa modalidade.

Para dar conta desse objetivo, amparamo-nos na abordagem do materialismo histórico dialético para compreender o processo vivenciado pelas instituições. “O método histórico-dialético define que é a partir do conhecimento na sua forma mais contemporânea que se pode compreender a realidade e a própria ciência na sua historicidade.” (RAMOS, 2009, p. 4 )

Buscando, conhecer o histórico e as experiências das instituições federais da região central do Rio Grande do Sul, na oferta ou não oferta de cursos na modalidade integrada ao Ensino Médio, realizamos entrevistas semi-estruturadas com três gestores; sendo que duas destas instituições são escolas vinculadas à universidade e uma é um instituto federal.

Na instituição 1, que é uma escola vinculada à universidade, entrevistamos o diretor, que tem dezesseis anos de atuação na rede federal. Nesta escola, o Ensino Médio Integrado é ofertado desde a sua criação a quarenta e seis anos atrás. Houve interrupção da oferta devido à legislação, mas atualmente oferecem-se três cursos integrados, sendo um deles na modalidade PROEJA

Na instituição 2, também vinculada à universidade, entrevistamos a supervisora pedagógica, que tem dezenove anos de trabalho na rede federal, sendo oito nesta função. Nesta escola, que tem cinquenta e dois anos de existência, o Ensino Médio Integrado não é ofertado atualmente, o que aconteceu em outras épocas.

Na Instituição 3, um instituto federal composto por 8 câmpus e que no formato de IF tem 4 anos, mas suas escolas que lhe deram origem tem mais de 55, entrevistamos o pró-reitor que tem três anos de experiência na rede federal. Nesta instituição multicampi, em todos os seus câmpus, são ofertados o Ensino Médio Integrado e a modalidade PROEJA. São pelo menos 3 cursos em cada campus, sendo um sempre na modalidade PROEJA. Em seus 8 câmpus, registra-se 28 cursos atualmente.

Podemos adiantar que a pesquisa oportunizou perceber as contradições de uma política que por vezes é assumida por força de legislação, por concepção das instituições ou por convicção de seus gestores.

## **2. ENSINO MÉDIO INTEGRADO E TRABALHO: PRINCÍPIOS E LEGISLAÇÃO**

Organizamos esta parte do artigo amparada em três pontos que julgamos necessário para compreender a política de Ensino Médio Integrado: a concepção de currículo integrado, o conceito de trabalho e as legislações que envolvem a trajetória do Ensino Médio Integrado desde o Decreto 2208/97.

Para a professora Marise Ramos (2009), o currículo integrado integra a formação geral, técnica e política tendo o trabalho como princípio educativo. O trabalho, para a autora é o princípio que se torna o eixo epistemológico e ético-político do currículo junto com a ciência e a cultura.

No 'currículo integrado', conhecimentos de formação geral e específicos para o exercício profissional também se integram. Um conceito específico não é abordado de forma técnica e instrumental, mas visando a compreendê-lo como construção histórico-cultural no processo de desenvolvimento da ciência com finalidades produtivas. Em razão disto, no 'currículo integrado' nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente das ciências e das linguagens. (idem, p. 3)

Com fundamentação no conceito de trabalho, busca-se compreender a realidade como totalidade, a partir dos diferentes conceitos e métodos das diversas disciplinas, concebendo o

ser humano com potencialidade para participar desse processo histórico e social. O filósofo tcheco Karel Kosik, na obra *Dialética do Concreto*, publicada inicialmente em 1963, já alertava

[e]mbora pareça não haver nada mais notório e banal do que o trabalho, está demonstrado que esta pretensa banalidade e notoriedade se baseiam em um equívoco: na representação cotidiana e na sua sistematização sociológica, não se pensa no trabalho em sua essência e generalidade, mas sob o termo trabalho se entendem os processos de trabalho, a operação de trabalho, os diversos tipos de trabalho e assim por diante (2002, p. 197).

Karl Marx (1818-1893) dedicou-se ao estudo da categoria trabalho através do materialismo histórico dialético e, em sua obra *O Capital* (livro I, vol. I), partiu da noção de trabalho como categoria central de seus estudos ulteriores. Pautado no materialismo dialético, privilegiando o ponto de vista da totalidade, ou seja, seus estudos visaram à reconstrução das principais determinações sociais e globais dos seres humanos. Para Marx (2008), através do trabalho, o ser humano se autocria, transforma e recria a natureza. Trabalhando, o ser humano interfere em seu ambiente, transformando-o e, dessa forma, autoproduzindo-se.

Durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), inúmeras reformas educacionais buscaram a conformação da educação às demandas econômicas e sociais de uma sociedade globalizada. Segundo Ciavatta, Frigotto e Ramos, a política de Educação Profissional de FHC não se restringiu ao ensino técnico.

Ela abrangeu ações voltadas para a qualificação e requalificação profissional, desviando a atenção da sociedade das causas reais de desemprego para a responsabilidade dos próprios trabalhadores pela condição de desempregados ou vulneráveis ao desemprego. Esse ideário teve nas noções de “empregabilidade” e “competências”, um importante aporte ideológico, justificando, entre outras iniciativas, projetos fragmentados e aligeirados de formação profissional, associados aos princípios de flexibilidade dos currículos e da própria formação. (2005, p.38)

É nesse contexto que se apresenta uma proposta de ensinos médio e profissional, que supostamente atenderia ao avanço tecnológico e às exigências do mercado de trabalho, incluindo flexibilidade, qualidade e produtividade, a qual se concretiza através da reforma da Educação Profissional, regulamentada pelo Decreto Federal n. 2208/97.

No plano pedagógico, o Decreto 2.208/97 estabelecia o ensino propedêutico em nível de ensino médio enquanto que, ao mesmo tempo, separava-o do nível técnico. Assim, o ensino técnico passou a ser oferecido de duas formas: concomitante ao ensino médio e com matrículas distintas, podendo ser realizado na mesma instituição de ensino; e subsequente ao ensino médio, devendo o aluno já ter concluído o nível médio para poder ingressar nessa modalidade.

Nessa conjuntura, o decreto 2208/97 expressaria “a regressão social e educacional sob a égide do ideário neoconservador ou neoliberal e da afirmação e ampliação da desigualdade de classes e do dualismo na educação”. (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005, p.52). Assim, o governo do presidente Lula tinha o compromisso com os educadores progressistas de

revogá-lo. Além de fazê-lo, também se criou uma nova normativa para substituí-lo, o Decreto n. 5.154/2004, o qual não proíbe outras modalidades, mas estimula o ensino integrado.

Tal Decreto é um dispositivo legal cuja formulação se baseou no reconhecimento das necessidades dos trabalhadores. Apresenta-se como uma proposta de se tentar desenvolver a educação integrada, com o objetivo de possibilitar que os sujeitos tenham uma formação que, conquanto garanta o direito à educação básica também possibilite a formação para o exercício profissional. Isso porque se visa à superação da cisão entre trabalho, ciência e cultura na formação profissional e da dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual. De acordo com Ramos

a forma integrada de oferta do ensino médio com a educação profissional obedece a algumas diretrizes ético-políticas, a saber: integração de conhecimentos gerais e específicos; construção do conhecimento pela mediação do trabalho, da ciência e da cultura; utopia de superar a dominação dos trabalhadores e construir a emancipação – formação de dirigentes. Sob esses princípios, é importante compreender que o ensino médio é a etapa da educação básica em que a relação entre ciência e práticas produtivas se evidencia; e é a etapa biopsicológica e social de seus estudantes em que ocorre o planejamento e a necessidade de inserção no mundo do trabalho, no mundo adulto. Disto decorre o compromisso com a necessidade dos jovens e adultos de terem a formação profissional mediada pelo conhecimento. (2005, p.2)

O parecer CNE/CEB n.39/2004 reconhece a forma integrada com curso, matrícula e conclusão únicos, porém estabelece que os conteúdos do ensino técnico e da educação profissional são de maneiras distintas. Desse modo, “o currículo integrado torna-se dicotômico ao ser organizado com base em concepções educacionais diversas de formação: cidadania, mundo do trabalho, trabalho intelectual e técnico-profissional” BARROS, 2008).

Vale ressaltar que a diretriz mais recente sobre educação profissional, diferentemente do decreto 5154/2004, apresenta a possibilidade de oferta de ensino técnico de nível médio nas formas articulada - integrada, concomitante e concomitante na forma, já que pode acontecer simultaneamente em diferentes instituições, mas integrada no conteúdo; além da subsequente. (BRASIL, 2012) Nesse sentido, questiona-se qual a concepção de articulada e integrada?

Na obra “Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, buscando a essa pergunta, o professor Eliezer Pacheco (2012) pauta-se em Ciavatta para quem a formação integrada “significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. (p.60)

### 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Conforme ressaltado anteriormente, os dados analisados neste artigo foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas com gestores de três instituições federais da região central do estado. Essas entrevistas foram constituídas basicamente por questões sobre a modalidade de educação integrada relativas a: concepção, motivos da (não) oferta e desafios entre outras. Após realizadas, elas foram transcritas na íntegra e submetidas à perspectiva de análise proposta pela estudiosa francesa Laurence Bardin (2010), Análise de Conteúdo.

Seguindo os passos dessa abordagem analítica, após a transcrição, partiu-se para a pré-análise das entrevistas. Esta é a fase da organização propriamente dita, em que se desenvolvem as primeiras intuições sobre os dados coletados, de modo a levar a “um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2010, p.121). A partir da leitura flutuante (BARDIN, 2010), foi possível organizar as respostas em quadros de acordo com as perguntas feitas, permitindo visualizar o viés contraditório do tema através das variadas opiniões e práticas relativas a ele nos três diferentes contextos em que se realizou.

Considerou-se que o ponto de partida para a discussão seria analisar de que forma os gestores entrevistados entendem a modalidade integrada de educação, quais suas concepções sobre essa modalidade, conforme ilustra o quadro a seguir:

**Quadro 1:** Educação Integrada (falando de concepção)

INSTITUIÇÃO	O que se entende por Ensino Médio Integrado?
Instituição 1	Um curso onde a gente consegue <b>trabalhar os conhecimentos básicos, adequando esses conhecimentos a uma formação profissional.</b> Por exemplo, na área de eletricidade, o aluno cursa eletrotécnica. Ele é um conteúdo muito semelhante à física do terceiro ano. Então o que acontece, este aluno não tem a física do terceiro ano, ele tem a eletrotécnica, que tem uma formação mais voltada e mais contextualizada profissionalmente, uma formação mais profissional, seria uma física mais aplicada e ao mesmo tempo ele não repete esse conteúdo. Pra não haver sobreposições, nem repetição de conteúdos, pensando sempre na questão de economicidade de tempo, de carga horária, mas que dê a formação necessária para ele. Mas sempre de dois objetivos: <b>a formação profissional e a possibilidade de continuidade de estudos.</b>
Instituição 2	O EI eu acredito, respondo por mim, <b>o EI é aquele que proporciona uma formação conjunta, integral, com base científica e formação para o mercado do trabalho. É</b>

	relevante, mas com a carga horária que se tem, acho que prejudica muito a base científica. E isso é uma realidade.
Instituição 3	Como falei anteriormente, acho <b>que a possibilidade de fazer a formação integral de um sujeito que está se preparando para atuar no mundo do trabalho e não somente se desenvolver de uma ferramenta ou com o objetivo de cursar o EM como meio, e como trampolim para o Ensino Superior.</b> Eu vejo o EM como uma etapa, mas que solidifica e não uma etapa mediana que está levando para o Ensino Superior. Ele pode fazer seu itinerário formativo sim. Mas que aqueles sujeitos, aqueles indivíduos que optarem por diversas razões que opte por uma parada que ele tenha como se virar na vida.

Ao apresentar sua concepção de Ensino Médio Integrado, o entrevistado 1 trata do currículo de maneira semelhante ao proposto por Ramos (2011), para quem “um conceito específico não é abordado de forma técnica e instrumental, mas visando a compreendê-lo como construção histórico-cultural no processo de desenvolvimento da ciência com finalidades produtivas”. Essa abordagem dos conhecimentos pode ser percebida quando o professor exemplifica o tratamento de conteúdos de física, ilustrando que não se trata apenas de juntar os currículos do ensino médio com o do ensino técnico sem estabelecer relações entre eles, isto é, devem ser integrados não apenas articulados. Isso resultaria em cursos integrados com excesso de disciplinas e carga horária, como acontece na realidade atual e que foi apontado pelos entrevistados 1 e 2.

O entrevistado 3 entende que o Ensino Médio não pode ser apenas propedêutico, “um trampolim” para uma outra etapa, no caso como preparação para o Ensino Superior. O gestor acredita que o EM não é uma passagem que não se justifica em si. Diante disso, revela que a forma de reforçar sua importância, atribuindo-lhe um objetivo, seria sua vinculação à educação profissional. Opostamente a isso, o sujeito 2 supõe que a modalidade integrada desprivilegia a “base científica”; ao que parece, referindo-se ao ensino médio. Sua posição contraria uma concepção que o considera como unicamente propedêutico, mas sim como etapa importante da formação humana a qual merece atenção específica. Ao encontro de tal posicionamento, na instituição deste gestor, optou-se pela desvinculação do ensino médio do ensino profissional.

Os três gestores consideram interessante a modalidade integrada, caracterizando-a como integral, a partir da concepção em comum de que ensino integrado é aquele que alia conhecimentos de formação geral e específicos para o exercício profissional, assim como sugere Ramos (2005). No entanto, diferentemente da autora, nenhum deles aponta “o trabalho” como princípio educativo fundamental e fundante da educação integrada. Como

bem expressa Gomes, em entrevista na Revista Poli (2005), revelam um entendimento da formação *para* o trabalho, não *pelo* trabalho; no caso do sujeito 2, ainda, *para o mercado* de trabalho.

De qualquer forma, pode-se afirmar, pelos discursos analisados, que a procura pelos cursos técnicos, integrados ou concomitantes, não representa exatamente a busca por uma *formação integral*, isto é, pela educação geral aliada à educação profissional, tal como os gestores parecem entender aquela expressão. Isso pode ser observado nos discursos dos entrevistados.

**Quadro 2:** Motivos da (não) oferta

INSTITUIÇÃO	Por que da oferta ou não oferta?
Instituição 1	A gente percebeu que passou a ocorrer um <b>esvaziamento dos cursos técnicos diurnos</b> , aqueles cursos que eram integrados e passaram a ser ofertados de maneira separada. O que que acontecia, os alunos davam preferência ao ensino médio. Como eles faziam o EM de manhã e à tarde faziam o técnico, pela carga de trabalho que era imposto a eles, ou seja, todas as manhãs, todas as tardes. No primeiro e segundo bimestres, eles começavam a evadir do curso técnico, permaneciam no EM e evadiam do curso técnico. Então, o sentimento que nós tínhamos é que <b>a escola estava perdendo sua identidade, estava se tornando um colégio de ensino médio, e sua finalidade principal que era a formação técnica, profissional estava se perdendo.</b>
Instituição 2	Quando eu vim pra Instituição só tinha subseqüente e concomitante, mas ouvi muito relatos dos colegas falando que o integrado não funcionava bem porque eles até obtinham um bom desempenho nas disciplinas técnicas, mas no ensino médio, eles saíam com muitas deficiências e reprovavam muitas vezes. Tinha que repetir tudo. E muitos dos alunos não eram interessados em fazer o curso técnico, tinham mais interesse no médio. Quando o governo propôs a criação dos institutos, houve uma discussão bastante grande, até acho que anterior à formação dos institutos, houve uma proposta, acho que foi no governo Lula, em 2004, por aí. <b>Houve uma tentativa de tentar mudar, para atender essa demanda de quem não tinha condições de</b>

	<p><b>frequentar uma universidade e a opção do governo, acho que é bastante relevante.</b> Eu acho que as escolas que ofertam o ensino integrado, elas têm sua relevância, sua importância, mas dentro da análise de onde se localizam essas escolas, essa instituição. Eu acredito que o EI funcione bem em outras escolas que estejam na zona rural em que não se tem tanto acesso. <b>Eu acho que ele cumpre uma função social importante. Acho que ele funciona em certos contextos.</b></p>
<p>Instituição 3</p>	<p>A Instituição tem uma percepção, <b>ou uma convicção de que não devemos somente ofertar Ensino Técnico, uma mão de obra profissionalizando para o mercado do trabalho.</b> No momento que estamos trabalhando com sujeitos adolescentes, na idade regular ou mesmo na Educação de Jovens e adultos, nós precisamos trabalhar a questão do sucesso das habilidades, das competências <b>do mundo do trabalho e para uma Educação Básica integrada somando a formação técnica e não desvinculada.</b></p>

É interessante observar que o motivo para oferta do EMI na instituição 1 é o mesmo para justificar a não oferta na instituição 2. Ambas as escolas ofereciam o ensino concomitante e perceberam que os estudantes dessa modalidade acabavam negligenciando ou o Ensino Médio ou o Técnico, na maioria das vezes o segundo. Foi isso que embasou a decisão das duas instituições sobre a opção ou não pela modalidade integrada: a primeira aderiu, buscando resgatar a identidade de escola de formação profissional; já a segunda acabou por optar pela oferta do Ensino Médio desvinculando-o definitivamente da educação profissional, ao encontro do que a realidade demonstrava.

O quadro revelado nas duas escolas é sintoma da falta de qualidade da educação do ensino médio na maioria das escolas públicas estaduais. Conforme a LDB 9394/96, oficialmente responsáveis pela oferta do Ensino Médio, essas escolas acabam por não oferecer educação de qualidade devido a diversos problemas que historicamente vem sofrendo, como falta de condições estruturais e desvalorização dos professores. Dessa forma, o ensino médio oferecido em escolas federais passa a ser a melhor opção para aqueles que buscam uma formação gratuita e de qualidade, ou seja, que possibilite a entrada em universidades públicas.

Como consequência ruim disso, está o risco de elitizar o público discente dessas escolas, já que a alta concorrência por suas vagas faz com que só entrem os mais “preparados”, ou seja, aqueles(as) que tiveram mais acesso à cultura geral de diversas formas. Isso, então,

pode gerar um processo discriminatório que ratifica o caráter dual e classista da educação: educação para elite versus educação para o povo; sempre com privilégio da primeira. Nesse sentido, parece que a oferta do ensino integrado ainda seja mais recomendável que a do Ensino Médio desvinculado.

Após discutirmos sobre a concepção e a oferta, passamos a apresentar os desafios do Ensino Médio Integrado a partir da visão dos gestores. Percebemos que os dois gestores que possuem a oferta são convictos da importância desta política e consideram que o EMI proporciona aos alunos uma visão mais ampla do mundo do trabalho, um amadurecimento do estudante e é uma experiência para a vida deste.

Como grande desafio apontado pelo gestor 3, temos a continuidade da política, visto que, como bem citou o professor, na Educação Profissional, temos comumente o aparecimento de outras políticas que “sombream” as que vêm sendo desenvolvidas. O gestor em sua fala estava se referindo ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – PRONATEC, que vem sendo o grande programa do governo e que em seus princípios privilegia cursos técnicos de curta duração e o ensino concomitante, diferentemente dos princípios do EMI, que é o direito à educação básica e à formação profissional de qualidade.

**Quadro 3:** O Desafio de tornar o Ensino Médio integrado uma política contínua

INSTITUIÇÃO	Os desafios do Ensino Médio
Instituição 1	Particularmente eu acredito e gosto muito dessa modalidade de ensino, porque uma modalidade que <b>dá uma visão mais ampla inclusive do mundo do trabalho para este aluno</b> . Mesmo que ele não siga o caminho da atividade como técnico de nível médio, ele vai ter <b>uma experiência muito boa para vida dele, incluindo aí a questão de estágio, de visitas técnicas, do relacionamento interpessoal</b> que ele vai ter que desenvolver a partir do momento que ele vai ter que saber se adaptar ao mundo do trabalho e realizar o estágio dele. Isso aí faz com que ele tenha um amadurecimento muito bom, se comparado a um aluno que cursa somente o ensino médio que não leva ele para uma atividade de trabalho, de estágio; em que ele <b>vai ter que interagir de uma maneira mais ativa com o mundo real</b> .
Instituição 3	<b>O desafio é tornar isso uma política contínua</b> . É necessário uma conferência regional, estadual e nacional sobre o ensino médio integrado nos institutos federais. Visto que ele <b>pode ser sombreado por outros</b>

	<p><b>programas de governo e não políticas.</b> Eu vejo que tem a necessidade de a gente analisar este contexto.</p> <p>Tem a necessidade <b>de formação contínua aos professores e a todos os técnicos envolvidos. Há uma necessidade logística, financeira e recursos humanos, um maior quantitativo.</b> Eu acredito que principalmente a questão da formação pra compreensão do que é currículo integrado, desmistificar que ele é dificultoso e assessoramento contínuo.</p>
--	---

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico apresentado aliado às falas dos gestores entrevistados revelam que a implementação do Ensino Médio Integrado na região central do Rio Grande do Sul deve-se grande parte à força da legislação vigente e à realidade contextual de cada instituição. No caso das escolas vinculadas, isso pode ser claramente percebido, ambas vivenciaram situação semelhante em relação ao ensino concomitante, mas procederam de maneira oposta em relação à oferta do Ensino Médio Integrado. Já no Instituto Federal, esta realidade é mais evidenciada, pois sua Lei de criação estimulou a oferta de Ensino Médio Integrado. Isso porque a Lei 11892/2008 recomenda que 50% da oferta de seus cursos sejam técnicos, preferencialmente integrados.

Em relação à concepção há um consenso de que o EMI seja a articulação do Ensino Médio com o Profissional, porém percebe-se a ausência do entendimento do trabalho como eixo fundante do currículo. Como consequência disso percebe-se que uma das maiores dificuldades seja uma articulação realmente integrada dos currículos do ensino médio e do técnico, o que seria possibilitado do entendimento do trabalho como princípio educativo.

Como desafios ficaram evidentes, pela fala dos gestores, a importância de se construir diretrizes pedagógicas e administrativas para o desenvolvimento de cursos de qualidade. Observou-se que as instituições que já ofertam almejam continuar a política, aperfeiçoando-a e a que não oferta também sinaliza estudos para, em algumas áreas planejar cursos.

Percebeu-se, pelo estudo realizado que as políticas e as práticas de Ensino Médio Integrado tem influência da visão e ações dos gestores que determinam sua continuidade, renovação e contradições. Assim, percebemos também a necessidade de resgatar o trabalho como fundamental princípio educativo, de que resultará outras vinculações como a ciência, a tecnologia e a cultura. Para além de um desejo de EMI, de legislações vigentes, entendemos que essa compreensão possibilitará a construção de um currículo efetivamente integrado. E, para nós, fica uma convicção: pelas conquistas ocorridas, pelos desafios citados, pela oferta e não oferta e pelas legislações que se apresentam, pela terminologia que ora se destaca

(articulada); é fundamental continuar esse diálogo principalmente construindo interlocuções com os gestores, docentes e discentes.

## 5. REFERÊNCIAS

1. BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
2. BARROS, M. J. P. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional: Limites e Possibilidades**. Disponível em <[www.anped.org.br/reunioes/31a/GT09](http://www.anped.org.br/reunioes/31a/GT09)>. Acesso em março de 2013.
3. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866). Acesso em: 1º/03/213
4. \_\_. Lei 9394/96 de 20.12.96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília (DF): Diário Oficial da União. nº 248 de 23.12.96.
5. \_\_. **Lei nº 11.892**, 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação
6. Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 10 de out. de 2010
7. \_\_\_\_\_. **Decreto nº2208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF
8. \_\_\_\_\_. **Decreto nº5154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF
9. \_\_\_\_\_. **PARECER CNE/CEB Nº 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio
10. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise(orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005
11. MARX, Karl. **O Capital: Crítica a Economia Política**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b
12. KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Petrópolis: Vozes, 2002.
13. PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Técnico – Proposta de Diretrizes Curriculares**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. São Paulo: Moderna, 2012.
14. RAMOS, Marise Nogueira. Verbete Currículo Integrado. In **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2009
15. \_\_ et AL. A política de Educação Profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, São Paulo, vol 26, 2005

16. **Revista Poli.** Educação Profissional e Ensino Médio Integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações. Nº 15, jan-fev 2011, Disponível em [WWW.epsjv.fiocruz.br/upload/Edicoesrevistapoli/R17.pdf](http://WWW.epsjv.fiocruz.br/upload/Edicoesrevistapoli/R17.pdf) Acesso em janeiro de 2013